

CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS (CHOE).

EDITAL 006-2026/DP/CBMSC.

PROVA OBJETIVA.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

BOA PROVA!

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Na sala de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas; entrar ou permanecer com armas, quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras, agendas eletrônicas, similares, telefones celulares, fones de ouvido, *smartphones*, *tablets*, iPod®, gravadores, *pen drive*, mp3 e similar, relógio, qualquer receptor, transmissor de dados e mensagens.
2. Caso o candidato esteja portando alguns dos aparelhos/equipamentos citados no item anterior, exceto armas de fogo, estes deverão ser acondicionados, desligados, em invólucro distribuído pelo fiscal de sala, sendo **acomodados embaixo de sua cadeira**, antes do início das provas, somente poderão ser removidos do invólucro, após a saída do candidato da sala de provas.
3. O descumprimento das determinações dos **itens 1 e 2**, implicará na exclusão do candidato, cabendo, neste caso, as medidas administrativas disciplinares.
4. Durante a realização da prova objetiva, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente, lápis, borracha, documento de identidade, alimentação em embalagem transparente e uma garrafa translúcida de água, sem rótulo.
5. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
6. Verifique seus dados no cartão-resposta (nome e número de inscrição) e **assine o mesmo**.
7. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. Confira se a sua prova tem **50 questões**, cada qual com **5 alternativas**.
10. A prova objetiva terá duração máxima de **04 (quatro) horas**. Não será fornecido tempo extra para preenchimento do cartão-resposta.
11. O candidato só poderá retirar-se do local de provas, após **01 (uma) hora**, a partir do efetivo início das mesmas.
12. **O candidato somente poderá levar o caderno de prova, após decorridas 02 (duas) horas de realização da mesma.**
13. Os **03 (três) candidatos**, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

1. De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, deve cumprir requisitos rigorosos para garantir a responsabilidade na gestão fiscal. Analise as exigências e identifique a alternativa que apresente uma condição correta para o empenho e licitação de serviços ou obras.

- a) A despesa é considerada adequada com a lei orçamentária anual, mesmo que ultrapasse os limites estabelecidos para o exercício, desde que haja dotação específica.
- b) A criação de despesa obrigatória de caráter continuado deve ser compensada, obrigatoriamente, pelo aumento permanente de receita, ou pela redução permanente de despesa.
- c) Considera-se aumento permanente de receita qualquer ingresso financeiro extraordinário, inclusive aqueles decorrentes de operações de crédito autorizadas.
- d) É dispensável a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a despesa deva entrar em vigor, sendo exigida apenas para os dois exercícios subsequentes.
- e) As normas de geração de despesa não se aplicam à desapropriação de imóveis urbanos, por se tratar de ato discricionário da administração.

2. A Lei n.º 14.133/2021 estabeleceu um novo regime para as modalidades de licitação e seus respectivos critérios de julgamento. Sobre esse tema, assinale a opção que descreva, corretamente, a aplicação das modalidades e critérios.

- a) Na modalidade diálogo competitivo, a administração deve definir a proposta vencedora, exclusivamente, com base no critério de melhor técnica.
- b) O pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento pode ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- c) O diálogo competitivo é uma modalidade restrita à contratação de obras e serviços comuns de engenharia, visando à padronização de mercado.
- d) O critério de julgamento por maior retorno econômico é amplamente utilizado em todas as modalidades, especialmente no leilão e no concurso.
- e) A concorrência segue um rito próprio e distinto do pregão, sendo vedada a utilização do critério de menor preço nesta modalidade.

3. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites globais e específicos para a despesa total com pessoal. Com base na LC 101/2000, analise a situação de um Estado que ultrapassou o limite de 60% da Receita Corrente Líquida, (RCL), identifique a medida de controle ou exceção correta.

- a) Se a despesa exceder 95% do limite, é vedada ao Poder ou Órgão a criação de cargo, emprego ou função, bem como o provimento de cargo público, (ressalvada reposição por aposentadoria ou falecimento).
- b) Na verificação do limite de despesa com pessoal, devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores para fins de cálculo de eficiência.
- c) O limite global para a União é superior ao dos Estados e Municípios, fixado em 65% da Receita Corrente Líquida.
- d) As despesas com inativos e pensionistas não são consideradas para fins de apuração da despesa total com pessoal, devendo ser registradas em conta à parte.
- e) Se a despesa exceder o limite, o percentual excedente deve ser eliminado, obrigatoriamente, no quadrimestre seguinte, sob pena de intervenção federal imediata.

4. No que tange às garantias nas contratações públicas, regidas pela Lei n.º 14.133/2021, a administração possui a prerrogativa de exigir do contratado caução para assegurar a plena execução do objeto. Sobre as modalidades e limites das garantias, indique a alternativa correta.

- a) Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos, o valor da garantia deve ser calculado

sobre o valor global do contrato, incluindo todas as prorrogações previstas.

b) O seguro-garantia perde sua validade imediatamente, caso o contratado deixe de pagar o prêmio à seguradora nas datas convencionadas.

c) Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, a garantia pode ser elevada a até 30% do valor inicial do contrato, desde que prevista a cláusula de retomada.

d) A garantia prestada será liberada apenas após o decurso do prazo de 5 anos do recebimento definitivo do objeto, para cobrir eventuais vícios ocultos.

e) A escolha da modalidade de garantia, (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária), cabe exclusivamente à Administração Pública, visando o menor risco.

5. A concessão, ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que resulte em renúncia de receita é um ato de alta sensibilidade fiscal. Segundo a LC 101/2000, para que tal concessão seja válida, ela deve:

a) Ser precedida de autorização apenas do Poder Executivo, sendo dispensável qualquer meta de desempenho social ou econômico.

b) Estar acompanhada de medidas de compensação, como o aumento de alíquotas ou criação de tributos, independentemente da renúncia já ter sido considerada na estimativa de receita da LOA.

c) Abranger, exclusivamente, impostos de natureza extrafiscal, como o IPI e o IOF, que são as únicas hipóteses de renúncia admitidas pela LRF.

d) Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de vigência e nos dois seguintes, atendendo à LDO e a condições específicas de equilíbrio fiscal.

e) Ter um prazo de vigência indeterminado, garantindo segurança jurídica aos beneficiários e estabilidade ao mercado.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

6. A organização do Estado Brasileiro, (República Federativa), baseia-se na federação, dividindo o poder político entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos _____. A _____ pública, (direta e _____), executa as políticas _____, estruturada em ministérios/secretarias, (direta), e entidades como autarquias/empresas públicas (indireta), baseada na eficiência e _____. Preencha as lacunas com a alternativa correta.

a) autônomos - administração - indireta - governamentais - legalidade

b) dependentes - organização - imparcial - estaduais - legalidade

c) autônomos - administração - imparcial - governamentais - legalidade

d) ligados - organização - indireta - governamentais - produtividade

e) autônomos - administração - imparcial - governamentais - produtividade

7. Com base na organização do Estado e da administração Pública, marque a afirmação verdadeira.

a) A estrutura operacional da Administração Pública indireta são os órgãos integrantes da estrutura central dos entes federativos, (Ministérios, Secretarias).

b) Princípios da Administração Pública são: Legalidade, pessoalidade, imoralidade, publicidade e eficiência, (LPIPE).

c) O Estado é o conjunto de instituições políticas que regem o território, enquanto a Administração Pública é o conjunto de órgãos e agentes que executam as políticas.

d) Os Poderes do Estado são: Legislativo, Executivo e Judiciário, totalmente dependentes entre si.

e) A estrutura operacional da Administração Pública direta são as entidades com personalidade jurídica própria, criadas para atividades específicas.

8. Os modelos teóricos de Administração Pública evoluem do _____, (confusão público/privado), passam pela _____, (formalidade e normas) e chegam ao _____, (foco em resultados e eficiência). No Brasil, essa evolução marcou a transição do clientelismo, (pré-1930), para a profissionalização, (após 1930) e finalmente para a gestão orientada ao cidadão-cliente, (pós-1995). Qual alternativa completa, devidamente, o texto?

- a) gerencialismo - burocracia - patrimonialismo
- b) gerencialismo - patrimonialismo - burocracia
- c) burocracia - gerencialismo - patrimonialismo
- d) burocracia - patrimonialismo - gerencialismo
- e) patrimonialismo - burocracia - gerencialismo

9. Qual é a característica do modelo Patrimonialista?

- a) Caracteriza-se pela distinção entre bens públicos e privados, nepotismo, clientelismo e cargos como prebendas. Dominação moderna e relações pessoais predominam.
- b) Surge para combater o gerencialismo, baseado na racionalidade, impessoalidade, hierarquia, formalidade e meritocracia, (concursos públicos). Foca no controle de processos, (meios). Desvantagens incluem lentidão, resistência a mudanças e excesso de formalismo.
- c) Caracteriza-se pela ausência de distinção entre bens públicos e privados, nepotismo, clientelismo e cargos como prebendas. Dominação tradicional e relações pessoais predominam.
- d) Surge para combater o burocratismo, baseado na racionalidade, impessoalidade, hierarquia, formalidade e meritocracia, (concursos públicos). Foca no controle de processos, (meios). Desvantagens incluem lentidão, resistência a mudanças e excesso de formalismo.
- e) Foca nos resultados, eficiência, descentralização e visão do cidadão como cliente. Introduce métricas de desempenho, (accountability) e flexibilidade na gestão.

10. A conduta ética na função pública exige _____, _____ e _____ no bem comum, indo além da _____ para garantir a confiança do cidadão. Servidores devem agir com impessoalidade, eficiência, transparência e urbanidade, evitando conflitos de interesse, assédio, corrupção e uso de informações privilegiadas. Marque a alternativa que preencha, corretamente, as lacunas.

- a) integridade - agilidade - foco - formalidade
- b) cooperação - agilidade - organização - formalidade
- c) cooperação - agilidade - organização - legalidade
- d) integridade - honestidade - foco - formalidade
- e) integridade - honestidade - foco - legalidade

DIREITO ADMINISTRATIVO.

11. O Direito Administrativo Brasileiro não é codificado, motivo pelo qual as funções sistematizadora e unificadora de leis, em outros ramos desempenhadas por códigos, no Direito Administrativo, cabem aos princípios. Um dos princípios do Direito Administrativo estabelece um dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo-se, assim, discriminações e privilégios direcionados a particulares no exercício da função administrativa, tratando-se de uma obrigatória "objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades". Neste caso, estamos diante do:

- a) Princípio da publicidade
- b) Princípio da legalidade.
- c) Princípio da moralidade.
- d) Princípio da impessoalidade.

e) Princípio da eficiência.

12. Os atos administrativos são cobertos de propriedades jurídicas especiais, decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado, nessas características reside o traço, aspecto fundamental entre os atos administrativos e as demais categorias de atos jurídicos, especialmente os atos privados. A doutrina mais moderna faz referência a cinco atributos, dentre eles está a exigibilidade, a qual significa que:

a) Há a necessidade de respeitar-se a finalidade específica definida na lei para cada espécie de ato administrativo. Dependendo da finalidade que a Administração pretende alcançar, existe um ato definido em lei. Proíbe-se, por exemplo, que a regulamentação de dispositivo legal seja promovida utilizando-se uma portaria, já que tal tarefa cabe legalmente a outra categoria de ato administrativo, o decreto

b) É permitido à Administração aplicar punições aos particulares por violação da ordem jurídica, sem necessidade de ordem judicial.

c) O ato administrativo pode criar, unilateralmente, obrigações aos particulares, independente da anuência destes.

d) A Administração Pública pode realizar a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física se preciso for para desconstituir situação violadora da ordem jurídica.

e) Até prova em contrário, o ato administrativo é considerado válido para o Direito.

13. Para cumprir suas competências constitucionais, a Administração dispõe de duas técnicas diferentes: a desconcentração e a descentralização. Na desconcentração as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, ou seja, há uma especialização de funções dentro da administração pública, mantendo a vinculação hierárquica. Já na descentralização, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade. São exemplos de descentralização:

a) Delegacias de Polícia.

b) Tribunais e Casas Legislativas.

c) Ministérios e Secretarias.

d) Delegacias da Receita Federal.

e) Autarquias e Fundações Públicas.

14. O art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99, enumera os “critérios” ou princípios informadores do processo administrativo. Dentre eles, está a razoabilidade ou proporcionalidade, que significa:

a) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

b) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

c) Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas, estritamente, necessárias ao atendimento do interesse público.

d) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

e) Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

15. O poder de polícia constitui um complexo de atividades administrativas, mais abrangentes do que as atuações de segurança pública. Assim, o poder de polícia não é privativo das “polícias”. Em relação a essas informações, assinale a alternativa correta.

a) A Polícia Judiciária tem caráter predominantemente preventivo, atuando antes de o crime ocorrer.

b) É possível delegar a particulares atividades materiais preparatórias ao exercício do poder de polícia,

já que elas não realizam a fiscalização em si, mas apenas servem de apoio instrumental para que o Estado desempenhe, privativamente, o poder de polícia.

c) A Polícia Administrativa tem sua atuação, preponderante, de natureza repressiva, agindo após a ocorrência do crime para apuração da autoria e materialidade.

d) No Brasil, a Polícia Judiciária é associada ao chamado policiamento ostensivo, sendo realizada pela Polícia Militar, à medida que a Polícia Administrativa é exercida pela Polícia Civil e pela Polícia Federal.

e) A Polícia Judiciária sujeita-se, basicamente, aos princípios e regras do Direito Administrativo, enquanto a polícia administrativa submete-se, essencialmente, às regras do Direito Processual Penal.

DIREITO PENAL MILITAR.

16. O Direito Penal é um ramo do Direito Público, composto de normas jurídicas, que têm como objeto determinar as infrações penais e estabelecer suas sanções, cuja finalidade é a proteção dos principais bens jurídicos. Além disso, disciplinam o poder punitivo do Estado. Fontes do Direito são a origem das normas jurídicas. Dividem-se em: Fontes Materiais, ou de Produção e Fontes Formais, ou de Conhecimento. Qual é a Fonte Material do Direito Penal?

a) Doutrina.

b) Jurisprudência.

c) União.

d) Princípios.

e) Lei.

17. Princípio é uma ordem que serve de base para extração do conhecimento jurídico. Em termos mais simples, são valores essenciais que dizem como o Direito Penal deve funcionar. O que diz o princípio da Intervenção Mínima no Direito Penal?

a) É o princípio cultivador do lado humano do crime, exigindo um mínimo de ligação subjetiva do autor ao fato por ele concretizado. Por isso, estabelece-se não haver crime sem dolo ou culpa.

b) Apenas será objeto de tutela penal a conduta que extrapolar do âmbito interno do agente. Por outras palavras: para que tenha relevância penal, o ato deve transcender a esfera individual do autor, atingindo interesse de outro, (*alter*).

c) Não há crime sem que haja lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico determinado. É em virtude de tal princípio que ataques desprovidos de qualquer idoneidade lesiva, mesmo que dirigidos a importantes bens jurídicos, quedam subtraídos da esfera de tutela penal.

d) Significa dever do Direito Penal intervir, minimamente, nos conflitos sociais e na liberdade individual. Sua missão é tutelar os mais relevantes bens jurídicos, deixando a outras áreas do Direito a proteção aos demais. O Estado Democrático de Direito, que assegura inúmeros direitos humanos fundamentais, somente deve intervir, com a força punitiva penal, como última opção, (*ultima ratio*).

e) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

18. Analise a situação: o genro chamado Clóvis atira em sua sogra, Sandra, mas ela não morre em consequência dos tiros e sim de um envenenamento anterior provocado pela nora, Alice, por ocasião do café matinal. Neste caso estamos diante de uma:

a) Causa, relativamente, independente superveniente.

b) Causa, absolutamente, independente preexistente.

c) Causa, absolutamente, independente superveniente.

d) Causa, absolutamente, independente concomitante.

e) Causa, relativamente, independente preexistente.

19. Em relação a aplicação da Lei Penal Militar, prevista no Código Penal Militar, (Decreto-lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969), assinale a alternativa correta.

- a) Em relação ao tempo do crime, considera-se praticado o delito no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- b) Para os efeitos da Lei Penal Militar, consideram-se como extensão do Território Nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar, ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, ainda que de propriedade privada.
- c) Em relação ao lugar do crime, considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, ainda que sob forma de participação, mas não onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, desde que não tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- e) Aplica-se a Lei Penal Militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de Direito Internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no Território Nacional, ou fora dele, desde que, neste caso, o agente não esteja sendo processado, ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

20. A culpabilidade é a possibilidade de se considerar alguém culpado, pela prática de uma infração penal. Por essa razão, costuma ser definida como juízo de censurabilidade e reprovação exercidos sobre alguém que praticou um fato típico e ilícito. Um dos elementos da culpabilidade é a imputabilidade. Qual das situações é uma excludente de imputabilidade, tornando o agente inimputável?

- a) Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- b) Emoção.
- c) Embriaguez completa voluntária.
- d) Paixão.
- e) Intoxicação voluntária decorrente do consumo de drogas ilícitas.

DIRETRIZES OPERACIONAIS.

21. O Sistema de Comando em Operações, (SCO), é a ferramenta gerencial padrão do CBMSC, para situações críticas. Quando um desastre de grandes proporções atinge o Estado, pode haver a ativação da Sala de Situação. Com base nas normas que regem essas ferramentas, marque a alternativa verdadeira.

- a) A coordenação de situações críticas no SCO deve ocorrer em três grandes etapas: etapa de resposta imediata, de plano de ação e de desmobilização.
- b) O Comandante de Área, ao assumir o serviço, deve, obrigatoriamente, acompanhar todas as ocorrências de incêndio, independentemente da complexidade, mas sua presença em salvamentos em altura é opcional.
- c) No SCO, as funções de segurança, ligações e informações ao público compõem o chamado Staff Geral, enquanto operações e planejamento compõem o Staff de Assessoria.
- d) No SCO, o estabelecimento do Posto de Comando, (PC), é obrigatório apenas em operações classificadas como de grande vulto, sendo facultativo em situações críticas rotineiras.
- e) A ativação da Sala de Situação é competência discricionária do Subcomandante-Geral, devendo ocorrer, preferencialmente, no Centro de Operações Bombeiro Militar, (COBOM).

22. A Resolução n.º 27/2025 instituiu o Manual de Apresentação Pessoal do CBMSC. Sobre as normas de adornos, tatuagens e cabelos aplicáveis aos militares, analise as proposições e selecione a correta.

- a) Para o público masculino, é permitido o uso de bigode e tufo de pelo facial entre o lábio inferior e o queixo, (soul patch), desde que aparados e em tons naturais.
- b) Militares do sexo feminino podem utilizar esmalte de qualquer cor, desde que a unha não ultrapasse 5 mm além da ponta dos dedos.

- c) O uso de brincos é permitido para militares de ambos os sexos em atividades administrativas, desde que sejam modelos discretos, (tipo ponto de luz).
- d) É permitido o uso de tatuagens que ocupem toda a extensão dos membros, desde que não apresentem símbolos alusivos a ideologias contrárias às instituições democráticas ou que incitem a violência.
- e) É vedado ao militar, em qualquer situação, o tingimento dos cabelos, (ainda que em tons naturais), visando preservar a sobriedade exigida pela imagem institucional.

23. A distribuição do efetivo de Praças no CBMSC segue critérios técnicos e matemáticos, para garantir a eficiência operacional. Sobre as normas de cálculo e classificação das OBMs, assinale a alternativa certa.

- a) As OBMs localizadas em aeroportos participam, integralmente, do processo de composição de efetivo previsto na Dtz Adm nº 34, independentemente de acordos com outros órgãos.
- b) O critério Quantidade de Atendimentos possui peso de 10% no cálculo da necessidade de efetivo, priorizando-se o tempo de resposta em relação ao volume de ocorrências.
- c) Para fins de composição de efetivo, os militares contratados pelo CTISP, (Corpo Temporário de Inativos), não possuem equivalência aos militares da ativa, sendo considerados apenas suporte administrativo.
- d) O cálculo do efetivo para o Serviço de Segurança Contra Incêndio, (SSCI), baseia-se em uma taxa de produtividade de 600 m² de área vistoriada por hora de trabalho.
- e) Uma OBM classificada como Classe 1 deve possuir uma composição de equipe diária de 7 Bombeiros Militares e 2 Bombeiros Comunitários Indenizados, (BCi).

24. O registro correto de atividades no sistema E-193 é fundamental para a estatística institucional. Considerando-se as normas de classificação e o uso da frota, determine a alternativa verdadeira.

- a) É proibido o uso de viaturas do CBMSC para o transporte de militares a estabelecimentos comerciais, mesmo que o usuário esteja no desempenho de função pública, (como fiscalização de SCI).
- b) Ocorrências de Acidente de Trânsito registradas inicialmente devem ser, obrigatoriamente, fechadas com essa mesma natureza, vedada a reclassificação no Sistema Web E-193.
- c) O código de frota de uma viatura, como ABTR-01, pode ser reutilizado em uma nova viatura após a alienação, (baixa), do veículo antigo, visando manter a sequência numérica da unidade.
- d) Atividades de Auxílio/Apoio são registros de atendimento, onde a responsabilidade primária é de outro órgão público, como o SAMU ou a Defesa Civil, que solicitam apoio do CBMSC.
- e) A viatura tipo ASU, (Auto Socorro de Urgência), possui um tempo estimado de uso de 10 anos ou 200.000 km, devido à sua natureza de atendimento de emergência.

25. A movimentação de Oficiais e Praças é regida por regulamento próprio, que estabelece prazos para mudança de sede. Com base na Portaria n.º 544/2025, assinale a alternativa correta.

- a) Para movimentações a pedido, o militar terá direito a 15 dias de trânsito, caso a distância entre a OBM de origem e a de destino seja superior a 200 quilômetros.
- b) Para as Praças do CBMSC que não ocupam função de comando, o prazo máximo de permanência em uma mesma unidade operacional é de 8 anos.
- c) A instalação é um período de afastamento, que pode ser concedido até 24 meses após a apresentação do militar no novo elemento subordinado.
- d) O período de Trânsito é o afastamento concedido após a apresentação do militar na nova OBM, destinado a tratar de providências pessoais.
- e) Oficiais podem permanecer por, no máximo, 16 anos ininterruptos em uma mesma Região Bombeiro Militar, (RBM).

INFORMÁTICA.

26. No contexto do sistema operacional Linux, considere a seguinte situação:

Um administrador move arquivos de configuração de /etc para /usr/etc visando melhor organização.

Essa ação:

- a) Está correta apenas em distribuições baseadas em Debian.
- b) Está incorreta, pois viola a hierarquia padrão de sistemas Linux, (FHS).
- c) Está correta, pois /usr é destinado a arquivos de sistema.
- d) Copia e cola o arquivo
- e) Não impacta o funcionamento do sistema.

27. Durante uma auditoria de TI, foi afirmado que “o desempenho de um Sistema Computacional depende, exclusivamente, da capacidade do hardware, sendo o software apenas um elemento acessório”.

Com base nos conceitos fundamentais de computação, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Correta apenas em sistemas embarcados.
- b) Incorreta apenas em sistemas distribuídos.
- c) Correta, pois o hardware executa todas as operações computacionais.
- d) Correta, pois softwares não interferem na eficiência do processamento.
- e) Incorreta, pois software e hardware são interdependentes para execução de tarefas.

28. Um arquivo possui permissão rwxr-x---. Isso significa que:

- a) Nenhum usuário pode executar o arquivo.
- b) Todos os usuários possuem acesso total.
- c) Apenas o grupo possui acesso total.
- d) Apenas o proprietário possui acesso total, grupo possui leitura e execução.
- e) As permissões não seguem padrão no Linux.

29. Um usuário acessa um site via HTTP em vez de HTTPS.

Isso implica que:

- a) O navegador bloqueia automaticamente.
- b) Os dados são criptografados.
- c) Não há garantia de confidencialidade.
- d) Não há diferença prática.
- e) O site é mais rápido e seguro.

30. Em um ambiente corporativo, o colaborador recebe uma ligação telefônica de um indivíduo que se identifica como membro da equipe de suporte técnico da empresa. Durante a conversa, o suposto técnico utiliza linguagem técnica convincente e alega a necessidade urgente de validação de credenciais, para evitar a interrupção de serviços críticos. Convencido pela situação, o colaborador fornece sua senha de acesso ao sistema.

Considerando-se os conceitos de segurança da informação e vetores de ataque, essa situação caracteriza:

- a) Mecanismo de firewall.
- b) Ataque de negação de serviço, (DDoS).
- c) Engenharia social.
- d) Phishing.
- e) Malware.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CBMSC.

31. O Serviço Militar Estadual Temporário, (SEMET), foi instituído como uma forma de suprir necessidades operacionais das corporações militares, sem gerar vínculo permanente com a carreira. Os militares temporários possuem regime jurídico próprio, com prazos definidos de contratação e limitações quanto à estabilidade, funções exercidas e direitos após a desincorporação. A legislação busca garantir que esse modelo preserve a hierarquia institucional e não se confunda com o ingresso efetivo na carreira militar.

Sobre o Serviço Militar Estadual Temporário, (SEMET), instituído pela Lei Complementar n.º 880/2025, assinale a alternativa verdadeira.

- a) A idade máxima para a inscrição no processo seletivo simplificado do SEMET é de 30 anos na data da inscrição.
- b) Ao ser desincorporado, o militar temporário passa a compor a reserva remunerada proporcional ao tempo de serviço.
- c) O militar estadual temporário adquire estabilidade após completar 5 anos de efetivo serviço.
- d) O militar temporário pode atuar, livremente, em serviços de inteligência e estratégia operacional das instituições.
- e) Os contratos para o SEMET terão duração de 12 meses, podendo ser prorrogados até o limite máximo de 96 meses de efetivo serviço.

32. A Constituição Estadual estabelece a divisão de competências entre os órgãos de segurança pública, atribuindo ao Corpo de Bombeiros Militar funções específicas relacionadas à proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente. Entre suas principais atribuições estão o combate a incêndios, atividades de defesa civil e atendimento pré-hospitalar. Essas funções são distintas das exercidas pela Polícia Militar, que atua na preservação da ordem pública por meio da polícia ostensiva.

No que concerne às competências constitucionais do CBMSC, conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina, (Emenda 33/2003), assinale a alternativa correta.

- a) O CBMSC tem a atribuição de realizar o atendimento pré-hospitalar e o combate a incêndios.
- b) Compete ao CBMSC exercer a polícia ostensiva para preservação da ordem pública.
- c) Cabe ao CBMSC a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais estaduais.
- d) O comando da corporação pode ser exercido por Oficial Superior de qualquer quadro, desde que por nomeação do Governador.
- e) A polícia judiciária militar é de competência exclusiva da Polícia Militar, não cabendo ao CBMSC.

33. A Indenização por Regime Especial de Serviço Ativo, (IRESA), é uma verba de natureza indenizatória, criada para compensar as peculiaridades da atividade militar, como risco de vida, desgaste físico, mental e jornadas irregulares. Por sua natureza, não se incorpora ao subsídio nem serve de base de cálculo para outras vantagens, salvo exceções legais específicas. A legislação também estabelece critérios para seu pagamento, restringindo o benefício a situações de efetivo exercício.

Sobre a Indenização por Regime Especial de Serviço Ativo, (IRESA), prevista na Lei Complementar n.º 614/2013, qual alternativa é correta?

- a) O militar estadual que ainda está frequentando o curso de formação profissional já faz jus ao recebimento da IRESA.
- b) O valor da IRESA constitui base de cálculo para todas as vantagens e adicionais noturnos.
- c) A IRESA visa compensar o desgaste físico e mental, risco de vida e o cumprimento de escalas e horários irregulares.
- d) A IRESA é uma verba de natureza salarial que se incorpora ao subsídio para fins de cálculo de

triênios.

e) A IRESA é incorporada à pensão por morte, garantindo o valor integral aos dependentes.

34. O Quadro de Oficiais Especialistas Bombeiro Militar, (QOEBM), foi criado para permitir a ascensão de praças experientes ao oficialato, valorizando o conhecimento técnico adquirido ao longo da carreira. O ingresso ocorre por meio de curso específico e o quadro possui limitações funcionais importantes, especialmente quanto ao exercício de funções de comando, além de regras próprias de precedência hierárquica.

Quanto ao Quadro de Oficiais Especialistas, (QOEBM), criado pela Lei Complementar n.º 880/2025, indique a alternativa verdadeira.

a) O ingresso no quadro ocorre mediante aprovação no Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas, (CHOE), destinado a Subtenentes.

b) Os oficiais do QOEBM têm precedência hierárquica sobre os oficiais do Estado-Maior, (QOEBM), de mesmo posto.

c) O QOEBM é composto pelos postos de 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão e Major Especialista.

d) Os Cadetes do CFO têm precedência inferior aos Alunos-Oficiais do CHOE.

e) Os oficiais do QOEBM podem assumir o comando de Batalhões Bombeiro Militar, (OBM), na falta de oficiais de Estado-Maior.

35. A Corregedoria-Geral do CBMSC é o órgão responsável pelas atividades correicionais da corporação, atuando na prevenção e apuração de desvios de conduta disciplinar. Sua estrutura e funcionamento são definidos em lei, garantindo autonomia funcional e posição estratégica na hierarquia institucional. O Corregedor-Geral possui precedência especial e pode assumir funções relevantes na ausência de autoridades superiores.

Acerca da Corregedoria-Geral do CBMSC, conforme a Lei Complementar n.º 885/2025, indique a alternativa correta.

a) O Corregedor-Geral possui precedência hierárquica sobre todos os integrantes do CBMSC, exceto sobre o Comandante-Geral e o Subcomandante-Geral.

b) A Corregedoria-Geral destina-se, exclusivamente, à fiscalização de taxas e tributos estaduais de incêndio.

c) O Corregedor-Geral é nomeado entre os Tenentes-Coronéis da ativa que possuam graduação em Direito.

d) A Corregedoria-Geral é subordinada, diretamente, ao Subcomando-Geral da corporação.

e) Na ausência do Comandante-Geral, o Chefe do Estado-Maior Geral sempre responderá pelo comando, à frente do Corregedor-Geral.

PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS.

36. No processo digital correccional, a lógica documental rompe com estruturas tradicionais do meio físico, priorizando a simplificação, a automação e a rastreabilidade dos atos. A autuação ocorre diretamente no sistema eletrônico, que gera numeração própria e organiza cronologicamente as peças. Elementos como “capa” e “sumário” tornam-se desnecessários, pois suas funções são substituídas pelo próprio ambiente digital. Além disso, atos como oitivas podem ser realizados por videoconferência, sendo suficiente a gravação audiovisual como meio de registro e a comunicação processual pode utilizar ferramentas tecnológicas, desde que devidamente certificada nos autos.

No âmbito da tramitação de processos digitais no CBMSC, aponte a alternativa certa sobre a composição e formalização dos autos eletrônicos.

a) É obrigatória a manutenção das peças denominadas “Capa” e “Sumário” no formato digital para

preservar a tradição do processo físico.

b) A ciência de atos processuais por meio de aplicativos de mensagens é vedada, exigindo-se sempre a assinatura digital certificada.

c) As oitivas realizadas por videoconferência devem ser, obrigatoriamente, reduzidas a termo escrito detalhado, além da gravação audiovisual.

d) As peças denominadas “Capa” e “Sumário” são suprimidas nos processos digitais, devendo a primeira peça inserida ser a “Portaria”.

e) A numeração que identifica o procedimento administrativo deve ser gerada, manualmente, pelo Encarregado no momento da autuação.

37. O Inquérito Técnico tem como finalidade apurar as circunstâncias e responsabilidades por danos ao patrimônio da corporação, distinguindo causas administrativas, pessoais e técnicas. As causas técnicas dizem respeito a fatores alheios à vontade do agente, como falhas mecânicas ou defeitos de fabricação, desde que comprovada a adequada manutenção do material. A correta classificação da causa é essencial, pois influencia diretamente na responsabilização do agente, podendo afastar a obrigação de ressarcimento quando não houver culpa.

Sobre a responsabilização e a classificação das causas em um Inquérito Técnico, (IT), destinado a apurar danos em materiais da corporação, assinale a alternativa certa.

a) Sempre que houver danos em rádios HT, é obrigatória a instauração imediata de Inquérito Policial Militar, (IPM), antes de qualquer IT.

b) A má pavimentação e a falta de sinalização das estradas são consideradas causas técnicas automáticas, independentemente da imprudência do condutor.

c) Consideram-se causas técnicas os acidentes oriundos de defeitos de fabricação de peças, desde que a manutenção e as inspeções tenham sido executadas corretamente.

d) A competência para instaurar o IT é exclusiva do Comandante-Geral, não podendo ser delegada a Comandantes de Batalhão.

e) As causas técnicas, mesmo quando provadas, não eximem o condutor da responsabilidade pecuniária perante o Estado.

38. No âmbito da administração militar, há distinção entre a apuração de ilícitos penais e disciplinares. O Inquérito Policial Militar, (IPM), destina-se à apuração de crimes militares, enquanto o Processo Administrativo Disciplinar, (PAD), visa apurar transgressões disciplinares. Em determinadas situações previstas em lei, a instauração do IPM pode ser dispensada, especialmente quando o fato já estiver suficientemente comprovado. Além disso, quando um fato configurar simultaneamente crime e transgressão, a apuração disciplinar deve aguardar a conclusão da investigação penal, respeitando a hierarquia dos procedimentos.

Considerando-se as normas do CBMSC e a aplicação subsidiária do Título II, (Do IPM), do CPPM, qual é a alternativa correta?

a) Em caso de indícios de crime militar cometidos por civis, os autos de Sindicância devem ser remetidos à Justiça Militar para início da Ação Penal.

b) Se ocorrer qualquer das hipóteses indicadas no Artigo 28 do CPPM, (Título II), a autoridade competente pode dispensar a instauração do IPM para apurar crime militar.

c) O Inquérito Policial Militar, (IPM), é o procedimento específico para a apuração de transgressões disciplinares graves.

d) A instauração de PAD para apurar o mesmo fato que gerou um IPM deve ocorrer obrigatoriamente de forma simultânea, antes da solução do inquérito.

e) O relatório final da autoridade processante em um PAD deve, obrigatoriamente, sugerir a punição a ser aplicada, fundamentando-se no CPPM.

39. Os procedimentos investigatórios administrativos podem variar em formalidade e finalidade. A Investigação Preliminar possui caráter informal e é utilizada para verificar a existência de indícios mínimos que justifiquem a instauração de procedimentos mais complexos, sendo comum em casos de denúncias anônimas. Já a Sindicância é um procedimento formal, com rito definido, destinado à apuração mais detalhada de fatos. A correta escolha do instrumento investigativo garante eficiência e evita a instauração desnecessária de processos mais rigorosos sem justa causa.

Marque a alternativa correta, sobre os procedimentos investigatórios previstos na Portaria n.º 535/2021.

- a) A autoridade processante de uma Sindicância deve ser, no mínimo, um Oficial Superior,(Major ou Tenente-Coronel).
- b) Na Sindicância, o interrogatório do sindicado é o primeiro ato da fase de instrução, ocorrendo logo após a autuação.
- c) O prazo para conclusão da Investigação Preliminar é de 30 dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.
- d) A Sindicância é um procedimento informal caracterizado pela versatilidade, enquanto a Investigação Preliminar é o rito formal obrigatório.
- e) A Investigação Preliminar será instaurada sempre que a denúncia for anônima e os elementos apontados não forem suficientes para a instauração direta de Sindicância, PAD ou IPM.

40. O comportamento disciplinar das praças é classificado conforme critérios objetivos estabelecidos no regulamento disciplinar, considerando o histórico de punições ao longo do tempo. O sistema utiliza equivalência entre diferentes tipos de sanções para fins de reclassificação, permitindo uma avaliação proporcional da conduta do militar. A evolução ou regressão do comportamento depende tanto da ausência quanto da reincidência em faltas disciplinares, refletindo diretamente na carreira e na avaliação funcional do militar.

De acordo com o Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais, (R-3) e as normas de comportamento, assinale a alternativa verdadeira.

- a) O comportamento "Mau" é caracterizado quando o militar, em um período de 2 anos, sofre mais de duas punições de detenção.
- b) Para efeito de reclassificação de comportamento, quatro repreensões registradas equivalem a uma punição de prisão.
- c) O militar será classificado no comportamento "Excepcional", após 10 anos de efetivo serviço sem qualquer punição.
- d) Para fins de classificação de comportamento, o militar ingressa na corporação no comportamento "Ótimo".
- e) A punição de "Advertência", por ser verbal, não deve ser registrada na ficha disciplinar do militar, sendo apenas anotada em prontuário médico.

REDAÇÃO OFICIAL.

41. As comunicações oficiais no âmbito da administração pública seguem padrões rigorosos de forma e linguagem, visando uniformidade, clareza e formalidade. Entre esses padrões, destacam-se os fechos utilizados ao final dos documentos, que variam conforme a hierarquia entre remetente e destinatário. O uso correto dessas expressões é essencial para manter o protocolo administrativo e o respeito às normas institucionais.

No que se refere às formas de encerramento das comunicações oficiais para autoridades brasileiras, conforme as normas vigentes, assinale a alternativa certa.

- a) O fecho deve ser seguido de ponto final para encerrar o período.

- b) Deve-se utilizar "Respeitosamente" para autoridades de mesma hierarquia ou inferior.
- c) As formas de encerramento são opcionais e podem ser substituídas por saudações como "Cordialmente" ou "Saudações".
- d) O termo "Atenciosamente" é exclusivo para comunicações dirigidas a cidadãos particulares, não sendo usado entre órgãos.
- e) A forma "Respeitosamente" deve ser empregada apenas em comunicações endereçadas a autoridades de hierarquia superior à do emissor.

42. A modernização da administração pública trouxe a necessidade de padronização documental, especialmente com a transição para o meio digital. No CBMSC, essa padronização segue diretrizes nacionais e estaduais, com a adoção do “padrão ofício” como modelo único de comunicação. Além disso, há regras específicas quanto à formatação, uso de fontes e estrutura dos documentos oficiais, garantindo uniformidade e profissionalismo.

Referente à padronização de documentos e a transição para o formato digital no Estado de Santa Catarina, marque a alternativa correta.

- a) A fonte padrão para a redação de documentos oficiais é Times New Roman, tamanho 12.
- b) O Estado ainda mantém a distinção entre "comunicação interna" e "ofício" para documentos do CBMSC.
- c) O uso de aplicativos de mensagens instantâneas, (WhatsApp e Telegram), é recomendado como meio oficial de tramitação de processos para agilizar o serviço.
- d) O cabeçalho dos documentos do CBMSC deve conter, obrigatoriamente, o Brasão da República no centro da página.
- e) Com o objetivo de uniformização, o Estado passou a adotar o "padrão ofício", extinguindo os modelos de "parte" e "comunicação interna".

43. A assinatura em documentos eletrônicos segue regras específicas de padronização, para garantir autenticidade, identificação do signatário e validade jurídica. No CBMSC, há uma estrutura definida para apresentação do nome, posto ou graduação e demais informações funcionais. Além disso, tanto a assinatura digital quanto a assinatura eletrônica cadastrada possuem validade jurídica reconhecida.

Quanto às regras para a assinatura de documentos eletrônicos no âmbito do CBMSC, determine a opção correta.

- a) A matrícula do militar deve constar em todos os tipos de documentos, inclusive em portarias normativas e editais.
- b) Na primeira linha da assinatura, deve constar o posto/graduação por extenso, (em negrito), a sigla "BM" e o nome completo em letras maiúsculas.
- c) O nome do signatário deve ser escrito em letras minúsculas e em itálico para diferenciar da assinatura manuscrita.
- d) É permitido o uso de títulos profissionais como "Bacharel" ou "Doutor" antes do nome do signatário em documentos de expediente.
- e) A assinatura eletrônica cadastrada possui validade jurídica inferior à assinatura digital por certificado ICP-Brasil.

44. Os atos administrativos utilizados no CBMSC possuem finalidades específicas e nomenclaturas próprias, como resolução, instrução normativa, despacho e ordem de serviço. Cada um desses instrumentos atende a diferentes necessidades institucionais, desde normatização interna até comunicação de decisões administrativas. O correto emprego desses atos garante segurança jurídica e organização administrativa.

No que se refere aos atos administrativos específicos utilizados pelo CBMSC, assinale a alternativa correta.

- a) A Resolução é o ato utilizado pelo CBMSC para tratar de assuntos de interesse do público interno e normatizar leis e decretos.
- b) O Edital é um instrumento utilizado apenas para concursos públicos.
- c) A Ordem de Serviço é o ato utilizado para transmitir ordens externas a outros órgãos da administração.
- d) O Despacho é um ato que sempre deve ser publicado no Diário Oficial do Estado, (DOE), para ter validade jurídica.
- e) A Instrução Normativa é um ato utilizado, rotineiramente, por todos os Batalhões para padronizar o serviço de socorro.

45. O Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, (SGP-e), organiza a tramitação digital de documentos administrativos, garantindo rastreabilidade e segurança das informações. Após a tramitação inicial, os documentos não podem ser excluídos livremente, sendo necessário utilizar mecanismos específicos como o desentranhamento. Além disso, há regras quanto à digitalização, conferência e arquivamento de documentos físicos, respeitando a legislação vigente.

Sobre o uso do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e) e o gerenciamento de peças, assinale a alternativa verdadeira.

- a) A conferência de documentos digitalizados pode ser feita por qualquer servidor.
- b) Ao arquivar um processo, não é necessário justificar o motivo.
- c) O "desentranhamento de documento" é a funcionalidade correta para tornar um documento sem efeito após a sua primeira tramitação.
- d) Documentos físicos digitalizados devem ser imediatamente destruídos.
- e) Um documento pode ser excluído definitivamente a qualquer momento.

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO.

46. Nos termos do art. 9º, da Lei n.º 16.157, a responsabilidade pela manutenção dos sistemas de segurança contra incêndio e pânico, bem como pela adoção dos dispositivos adequados ao uso do imóvel, recai sobre quem?

- a) O administrador do imóvel, desde que formalmente designado em contrato.
- b) Exclusivamente o proprietário do imóvel, ainda que não detenha a posse.
- c) O responsável técnico pelo projeto preventivo, após a aprovação do Corpo de Bombeiros.
- d) O proprietário do imóvel e o seu possuidor direto ou indireto.
- e) Apenas o locatário do imóvel, independentemente do tipo de contrato.

47. A Instrução Normativa 01, Parte 01, estabelece a classificação dos imóveis em cinco níveis de risco, levando em consideração fatores como ocupação, complexidade dos Sistemas de Medidas de Segurança Contra Incêndio, (SMSCI) e a atividade exercida no local.

Considerando-se esses critérios, indique a alternativa que apresente, corretamente, a classificação do nível de risco respectivamente para as situações:

- Torres de transmissão, estações de antena ou de serviço que não sejam locais de trabalho fixo e não possuam características de local habitável;
- Atividade desenvolvida em ocupação com carga de incêndio superior a 2.280 MJ/m², (120 kg/m²).

- a) Risco I e Risco III.
- b) Risco I e Risco IV.
- c) Risco II e Risco V.

- d) Risco III e Risco IV.
- e) Risco I e Risco V.

48. Para fins de exigência dos SMSCI, (tabelas desta IN 1 - parte 2) e do enquadramento de risco, (art. 5º, da IN 1 - parte 1), a altura do imóvel é a medida, em metros, do piso mais baixo ocupado ao piso do último pavimento. De acordo com o parágrafo apresentado, quais dos elementos não são considerados para a determinação da altura de uma edificação?

- a) Os subsolos destinados a vestiários, instalações sanitárias e áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência de pessoas.
- b) Pavimentos destinados a escritórios administrativos e áreas comerciais.
- c) Pavimentos destinados a salas de aula e auditórios.
- d) Pavimentos com ocupação mista, (residencial e comercial).
- e) Áreas de lazer com permanência de pessoas em cobertura.

49. A Lei Federal n.º 13.425/2017 dispõe sobre diretrizes gerais relacionadas à segurança contra incêndio e pânico, estabelecendo competências e responsabilidades para os entes federativos, sendo correto afirmar que:

- a) O pagamento de multas por irregularidades dispensa o responsável pelo imóvel de cumprir as exigências de segurança contra incêndio.
- b) Cabe ao Corpo de Bombeiros Militar realizar, exclusivamente, a fiscalização das medidas de segurança contra incêndio, cabendo aos Municípios apenas a emissão de alvarás de funcionamento.
- c) Os Municípios que não contarem com unidade do Corpo de Bombeiros Militar instalada, poderão criar e manter serviços de prevenção e combate a incêndio e atendimento a emergências, mediante convênio com a respectiva corporação militar estadual.
- d) O planejamento urbano municipal deve observar normas de prevenção e combate a incêndio apenas para edificações com ocupação superior a 500 pessoas.
- e) A realização de vistorias periódicas nos estabelecimentos comerciais e de serviços e nos edifícios residenciais multifamiliares, tendo em vista o controle da observância das determinações decorrentes dos processos de licenciamento ou autorização sob sua responsabilidade é atribuição exclusiva do Corpo de Bombeiros Militar, não cabendo atuação do poder público municipal.

50. O art. 27, da IN 02, do CBMSC, estabelece quais infrações são classificadas como de natureza gravíssima, de acordo com o grau de risco e a relevância da irregularidade verificada. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que caracterize, corretamente, uma situação de aplicação de multa gravíssima.

- a) Não divulgar os procedimentos de emergência em eventos de reunião de público.
- b) Apresentar PPCI com ausência de detalhamento técnico solicitado pelo analista.
- c) Permitir superlotação em eventos temporários ou estabelecimentos de reunião de público.
- d) Deixar de afixar o atestado do Corpo de Bombeiros em local visível ao público.
- e) Deixar de arquivar documentos da brigada de incêndio pelo prazo mínimo exigido.

RASCUNHO.